

TRANSITIVIDADE VERBAL: DA ÓTICA FUNCIONALISTA À PRAXIS

Patrícia Mota do Amaral Lima

Mestra / UESB -Profletras – CAPES / (patty.mota@yahoo.com.br)

Soleane Rodrigues Lustosa Lima

Mestra / UESB- Profletras - CAPES / (soleanelustosa@hotmail.com)

Valéria Viana Sousa

Doutora em Letras (Língua Portuguesa e Linguística) pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professora titular do departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL da UESB. Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin)/Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras/CAPES). Líder do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica – CNPQ.
E-mail: valeriavianasousa@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar como a Transitividade Verbal é abordada na escola, a partir da abordagem apresentada no livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II para, posteriormente, propormos uma intervenção pedagógica, baseada nos paradigmas linguísticos orientada, sobretudo, pelo modelo de estudo proposto por Hopper e Thompson (1980). Nesse sentido, para atendermos a tal objetivo, recorreremos ao legado deixado por cânones da Tradição, como: Cunha e Cintra (2001), Cegalla (2005) e Rocha Lima (2008) e da Linguística, a saber: Azeredo (2002), Perini (2002) e Castilho (2016). Ainda sob o viés da Linguística, ancoramos nas contribuições de Cunha e Souza (2011); Cunha; Oliveira; Martelotta (2015) e, principalmente, dos parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980). O livro didático analisado foi Português: Linguagens de Cereja e Magalhães –9ª edição, a fim de identificarmos a concepção por ele adotada e, conseqüentemente, a que predomina na sala de aula. Assim, mediante os estudos realizados, a análise do livro didático e as nossas experiências na sala de aula como professoras de Língua Portuguesa, propomos uma sequência didática para contribuímos com o processo de ensino e aprendizagem da Transitividade Verbal, em turmas do Ensino Fundamental II.

Palavras-chave: Livro didático. Proposta de ensino. Transitividade verbal.

A transitividade verbal

O fenômeno da transitividade é um evento gramatical e, por estar ligado ao verbo, apresenta a nomenclatura *Transitividade Verbal*. Assim, para compreender esse evento gramatical, buscamos, inicialmente, entender o sentido da palavra transitividade que segundo Houaiss (2001), deriva do verbo **transitar** e tem sua origem etimológica no latim *transire*, significando “passar de um lugar a outro; passar”. Essa definição leva-nos a compreensão de que há uma relação muito próxima do sentido do verbo e o que sugere ser a transitividade como afirma Tavares e Bezerra (2011)

O termo *transitividade*, do latim *transitivus* (*que vai além, que se transmite*), refere-se, no âmbito dos estudos gramaticais, ao grau de completude sintático-semântica de itens lexicais empregados na codificação linguística de eventos, de acordo com diversas possibilidades de transferência de uma atividade de um agente para um paciente. (TAVARES; BEZERRA, 2011 *apud* CUNHA; SOUZA, 2011, p. 9)

Com base nessa noção etimológica do termo *transitividade*, fica evidente que se refere à possibilidade de o verbo poder transitar, transferindo, dessa forma, a ação de um agente para um paciente.

Assim, buscamos, neste artigo, identificar conceitos de *Transitividade Verbal* a partir das concepções das Tradições Gramatical e Linguística, assim como discorrer como esse evento gramatical é visto na escola e como ele pode ser aplicado de acordo com o que sugere o Funcionalismo Linguístico.

A transitividade verbal na perspectiva da tradição gramatical

Abordaremos, agora, a *transitividade* sob a perspectiva da Tradição Gramatical, doravante (TG), apresentada nos compêndios de Língua Portuguesa, doravante (LP). Para tanto, recorreremos a Cunha e Cintra (2001), Cegalla (2005) e Rocha Lima (2008).

Cegalla (2005), em uma breve conceituação a respeito da *Transitividade Verbal*, a associa à noção de complementaridade de sentido. Dessa forma, são entendidos como verbos intransitivos os que “[...] têm sentido completo, podendo por si mesmos, construir o predicado: são os verbos de *predicação completa*” (CEGALLA, 2005, p. 335), enquanto que os verbos transitivos são classificados como aqueles “[...] que para integrar o predicado necessitam de outros termos: são os verbos de *predicação incompleta*” (CEGALLA, 2005, p. 335)

O autor acrescenta que “[...] as orações formadas por verbos intransitivos não podem ‘transitar’ (=passar) para a voz passiva. [...] passando, ocasionalmente, a transitivos quando construídos com objeto direto ou indireto.” (CEGALLA, 2005, p. 336). Essa afirmação suscita questionamentos ao observarmos o exemplo dado por Cegalla (2005, p. 336): ‘Depois me deitei e *dormi um sono pesado*.’ Se observarmos a parte destacada e a colocarmos na voz passiva, conforme sugere o gramático, teremos a frase: [...] um sono pesado foi dormido por mim. Diante disso, o autor afirma que essa situação contraria a teoria da possibilidade de voz

passiva diante do objeto direto, pois, embora pareça uma construção possível de, em determinado contexto (informal), ser realizada, é uma construção agramatical.

Rocha Lima (2008), por sua vez, chama o verbo de “palavra regente por excelência”, pois, é por exigência dele que surgem os complementos. Mas é, segundo ele, o tipo de complemento que define a classificação do verbo quanto à transitividade. Dessa forma, os verbos são classificados como:

- a) *Intransitivos*, que encerrando em si a noção predicativa, dispensam quaisquer complementos.
 - b) *Transitivos diretos*, que exigem a presença de um *objeto direto*.
 - c) *Transitivos indiretos*, que pedem a presença de um *objeto indireto* -, complemento este, aliás, que o mais das vezes independe da regência verbal.
 - d) *Transitivos relativos*, que apresentam um complemento preposicional, chamado *relativo*.
 - e) *Transitivos circunstanciais*, que requerem um complemento, preposicional ou não, chamado *circunstancial*.
 - f) *Bitransitivos*, que têm concomitantemente um objeto direto e um objeto indireto, ou um objeto direto e um complemento relativo.
- (ROCHA LIMA, 2008, p. 340)

Para o autor citado, o verbo, em sua maioria, não é capaz de apresentar sequência coerente sem seu complemento. Para ele, verbo e objeto formam uma expressão semântica. Com isso, o autor acrescenta que para os verbos transitivos não há apenas objeto direto (OD), subdividindo-os em Transitivo Direto (TD), Transitivo Indireto (TI), Transitivo Relativo (TR) e Transitivo Circunstancial (TC).

É pertinente, portanto, uma abordagem das definições de TR e TC por se diferenciarem dos TD e TI que são bastante conhecidas na gramática tradicional. Segundo Rocha Lima (2008), os verbos classificados como transitivos relativos são aqueles que “se pronominalizam” e cujo “objeto direto se faz reger de preposição” (p.342). Por exemplo, “aproveitar as circunstâncias / aproveitar-se das circunstâncias”.¹

No caso do verbo transitivo circunstancial, o complemento pode ser preposicional ou não sem que o verbo sofra mudança em seu significado, como exemplifica Rocha Lima (2008, p. 343), “usar meios legais ou de meios legais; esperar alguém ou por alguém”.

¹Exemplos de Rocha Lima (ROCHA LIMA, 2008, p. 343)

Diante dessa concepção, percebemos que, mesmo preso ao paradigma tradicional, Rocha Lima (2008) entende que a transitividade não é única do verbo, mas da relação sintático-semântica entre o verbo e o objeto.

Cunha e Cintra (2001) tomam como ponto de partida a extensão da ação verbal para classificar os verbos de acordo com a transitividade, identificando-os em relação à transitividade como, intransitivo: quando a ação está integralmente contida no verbo; transitivo: quando o processo verbal não está apenas no verbo, mas também em outros elementos da frase. Ainda, segundo eles, a *Transitividade Verbal* é um evento que só pode ser analisado a partir do contexto, pois não é o verbo que definirá a transitividade, mas, sim, os complementos.

Pautando-se na abordagem apresentada por Cunha e Cintra (2001) a respeito da transitividade, identificamos a variabilidade na classificação quando analisamos verbos como *perdoar* que pode ser entendido como TD, TI, intransitivo ou bitransitivo, dependendo do contexto em que esteja inserido. Vejamos os exemplos:

Perdoai sempre. [= INTRANSITIVO]
Perdoai **as ofensas**. [= TRANSITIVO DIRETO]
Perdoai **aos inimigos**. [= TRANSITIVO INDIRETO]
Perdoai **as ofensas aos inimigos**. [= TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO]
Por que sonhas, ó jovem poeta? [= INTRANSITIVO]
Sonhei **um sonho guinholesco**. [= TRANSITIVO DIRETO]
(CUNHA; CINTRA, 2001, p. 138)

A rigor, os autores Cunha e Cintra (2001), Cegalla (2005) e Rocha Lima (2008) comungam da mesma definição de transitividade.

Verificamos, portanto, nas gramáticas normativas analisadas, que a transitividade é um processo verbal da predicação. Assim, para identificar a transitividade de um verbo, é necessário analisar a relação sintático-semântica entre verbo e complemento, pois é o conteúdo léxico que vai definir se o verbo é transitivo ou intransitivo.

Realizado esse percurso, continuaremos a abordagem sobre *Transitividade Verbal*, pautando-nos, contudo, nos eventos que constituem a língua em uso, nesse sentido, a discussão será norteada, a partir de agora, pela Tradição Linguística.

A transitividade verbal na perspectiva da tradição linguística

É nas gramáticas, sobretudo nas descritivas, que encontramos os registros de estudos gramaticais pautados na descrição de uma língua em uso, diferenciando-se, portanto, da gramática prescritiva que se preocupa com a variedade culta, sobretudo na modalidade escrita. Não queremos, com esse estudo, desprestigiar ou priorizar uma ou outra, o que nos motiva, aqui, é o trato que é dado nas gramáticas prescritivas e descritivas às variedades priorizadas em cada uma delas.

Assim, entendemos que as regras e convenções da gramática normativa não são ignoradas na abordagem da Tradição Linguística, doravante TL, aqui representada por Azeredo (2002), Perini (2002) e Castilho (2016).

Azeredo (2002) faz uma abordagem sucinta acerca da *Transitividade Verbal* identificando diferentes “classes sintáticas de verbo”, assim:

- verbos que recusam sintagmas nominais (chover, amanhecer, trovejar) – impessoais intransitivos;
 - verbos que se constroem com apenas um sintagma na função de sujeito (morrer, nascer, chegar, surgir, correr, brilhar) – pessoais intransitivos;
 - verbos que se constroem com dois sintagmas, um na função de sujeito e outro na função de complemento, este algumas vezes facultativo (acompanhar, resumir, gostar, escrever, concordar) – transitivos diretos e transitivos relativos;
 - verbos que se constroem com três sintagmas, um no papel de sujeito e dois no papel de complemento (dar, entregar, oferecer, chamar, nomear, transformar) – bitransitivos.
- (AZEREDO, 2002, p. 171, §346)

Ainda segundo Azeredo (2002), “o verbo ocupa o centro da construção da oração” determinando os sintagmas que o cercam. Podendo, portanto, vir acompanhado de 1 ou mais sintagma nominal (SN). Assim, a essas “posições estruturais” que partem do verbo para compor a frase, ele chama de valências.

Perini (2002), por seu turno, classifica a *Transitividade Verbal* como um caso particular de regência. Ele faz uma crítica ao conceito tradicional de transitividade que está diretamente ligado à presença ou ausência de um objeto. E, ainda tece comentários a respeito dos posicionamentos de alguns autores que atribuem ao contexto a noção de transitividade. Segundo ele, para fazer uma análise precisa da transitividade nos parâmetros descritivos, é necessário analisar observando as relações sintagmática e paradigmática. Embora o problema apontado por Perini (2002) na Tradição Gramatical não esteja em todos os verbos, ele atingiu

aqueles identificados como transitivos, que podem, numa análise que parta do contexto, se comportarem como intransitivos. Esse fato se explica com o verbo *comer*, por exemplo. “*Meu gato já comeu todo o mingau. / Meu gato já comeu.*” (PERINI, 2002, p. 162). No primeiro caso, o verbo *comeu* é identificado como transitivo e, no segundo, como intransitivo. Na concepção do autor, fatos como esse não são satisfatoriamente explicados pelo “sistema tradicional”.

Para sanar problemas desse tipo, Perini (2002) propõe que além das noções de “exigência” e “recusa” do objeto direto, acrescenta-se a de “aceitação livre”. Assim, em frases do tipo

- (1) “Meu irmãozinho nasceu no sábado.”
- (2) “Evaristo faz várias cortinas.”
- (3) “Meu gato já comeu todo o mingau.”
- (4) “Meu gato já comeu.”²

Na frase (1), o verbo *nascer* recusa objeto direto; em (2), *fazer* exige objeto direto; em (3) e (4), *comer* aceita livremente objeto direto. Com esse entendimento, Perini (2002) afirma que “[...] a descrição das transitividades deve ser feita em termos de exigência, recusa e aceitação livre de cada uma das funções relevantes.” (p. 164)

Um segundo problema identificado por Perini (2002) na Tradição Gramatical em relação à transitividade diz respeito à classificação dos transitivos e dos verbos de ligação. Para chegar a um melhor entendimento desse aspecto, ele elenca “algumas funções como relevantes”, entendidas como “aquelas que são exigidas ou então recusadas por algum verbo” (2002, p. 166)

São relevantes o objeto direto, o adjunto circunstancial (que inclui os casos tradicionais de “objeto direto”, mais muitos outros casos), o complemento do predicado (correspondente aproximado do “predicativo do sujeito”) e o predicativo (que corresponde, aproximadamente, ao “predicativo do objeto” tradicional). (PERINI, 2002, p. 166).

A partir dessa definição, Perini (2002) define matrizes de *Transitividade Verbal*, “baseadas em funções cujas definições são puramente sintáticas”, para descrever a transitividade dos verbos. As matrizes³ se referem às inúmeras formas de exprimir a *Transitividade Verbal* a partir das quatro funções relevantes: objeto direto (OD), adjunto

²Exemplos de Perini (2002)

³ Ver: PERINI, 2002, p. 166

circunstancial (AC), complemento do predicativo (CP) e predicativo (Pv) e, para cada uma delas, três possibilidades para descrever a transitividade dos verbos que são entendidas a partir das concepções de exigência (Ex), recusa (Rec) ou aceitação livre (L). Portanto, Perini (2002) define que

A transitividade completa de um verbo é representada por um grupo de traços, uma para cada função relevante. Assim, a transitividade de *comer* é [L-OD, Rec-CP, L-AC, Rec-Pv]: esse verbo aceita livremente o OD e o AC, e recusa o complemento do predicado e o predicativo.
 (PERINI, 2002, p.165)

Segundo ele, isso não é possível na gramática tradicional que identifica apenas cinco subclasses de verbos, a saber, transitivos diretos, transitivos indiretos, transitivos diretos e indiretos ou bitransitivos, intransitivos e verbos de ligação, além do fato de que essas definições são frutos de exigência e recusa, apenas.

Castilho (2016), por sua vez, vê a transitividade como um evento discursivo e, assim, classifica-a:

A transitividade gramatical é uma propriedade da sentença, e não do verbo que a constrói. Não há verbos exclusivamente transitivos, nem verbos exclusivamente intransitivos. É o uso na sentença que explicita a decisão tomada pelo falante.
 (CASTILHO, 2016, p. 263)

Partindo da concepção de que a transitividade é propriedade da sentença, o verbo é entendido como objeto predicador, predicando o sujeito (argumento externo) e os argumentos internos (os complementos) (CASTILHO, 2016). Esse esquema leva a compreensão de que as sentenças podem ser argumentais e não argumentais. Mesmo sendo o verbo um articulador do sintagma verbal porque é ele que seleciona os argumentos, a transitividade é atribuída à sentença, por isso elas são classificadas por sentenças: monoargumentais, biargumentais e triargumentais.

Para compreender as novas nomenclaturas sobre a transitividade, Castilho (2016) assim nos apresenta o quadro a seguir

Quadro 01- Comparando terminologias sobre transitividade

GRAMÁTICA TRADICIONAL	NOVA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA	ESTA GRAMÁTICA
<i>Verbo intransitivo de ligação</i>	<i>Predicado nominal</i>	<i>Verbo monoargumental</i>
<i>Outros verbos intransitivos</i>	<i>Predicado verbal</i>	<i>Verbo monoargumental</i>
<i>Verbo transitivo direto</i>		<i>Verbo biargumental</i>

Verbo transitivo indireto		
Verbo bitransitivo		Verbo triargumental
Verbo transobjetivo	Predicado verbo-nominal	Sentença plena + minissentença

Fonte: CASTILHO, 2016, p. 263

Nessa análise, vimos que os verbos não argumentais são aqueles que não apresentam sujeito nem argumento interno, acontece na maioria das vezes com os impessoais e intransitivos simultaneamente, constituindo sentenças simples. Já os verbos argumentais são aqueles que, na estrutura argumental da sentença, apresentam, quase sempre, sujeito e complementos. Dessa forma, é o número de argumentos apresentados nas sentenças que as classificarão em: monoargumentais, biargumentais e triargumentais.

Para Castilho (2016), as sentenças são organizadas a partir de uma motivação cognitiva, isso mostra que a funcionalidade da língua é o que impulsiona o novo modelo sintático, pois, conforme o autor “[...] **tudo é motivado** nas estruturas das línguas naturais” (p.329, grifo nosso).

Em suma, na TL, a transitividade é entendida como um fenômeno que ultrapassa os limites do verbo, por isso não é possível determiná-la, apenas, a partir das funções deste, reconhecendo, dessa forma, a relevância e a presença e/ou ausência dos objetos direto e indireto nas orações, assim como são vistas outras possibilidades para classificar a transitividade, sem que seja atribuída especificamente ao verbo.

Diante do que foi abordado, observamos que as formas linguísticas são analisadas a partir dos fenômenos apresentados na língua em uso, por isso somos instigadas e nos propomos entender a transitividade na perspectiva do Funcionalismo Linguístico.

A transitividade verbal na perspectiva do Funcionalismo linguístico

Em oposição às correntes estruturalista e gerativista, surge o Funcionalismo com a proposta de estudar os fenômenos linguísticos identificados em situações de comunicação da língua. Dessa forma,

O pólo funcionalista caracteriza-se por conceber a língua como um instrumento de comunicação que não pode ser analisado como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical. (MARTELOTTA; KENEDY, 2015, p. 14)

Essa nova concepção diferencia-se das correntes formalistas – Estruturalismo e Gerativismo – especificamente porque, no Funcionalismo, a língua é vista como um fenômeno de interação social e é estudada a partir das situações de uso, integrando o componente pragmático ao sintático e ao semântico.

Nesse campo de estudo, prevalecem as condições discursivas do uso interativo da língua. Isso não quer dizer que as convenções gramaticais deram lugar ao que surge da oralidade, mas que há um novo olhar para a funcionalidade da linguagem. Assim, o estudo da língua não se limita à estrutura gramatical, pois envolve também os interlocutores imbuídos do processo de comunicação.

Um dos pressupostos centrais do Funcionalismo é que o contexto de uso motiva as diferentes construções sintáticas. Sendo assim, a estrutura da língua só pode ser explicada levando-se em conta a comunicação na situação social. O papel ou função comunicativa das formas linguísticas é o critério que permite descobrir as regularidades que caracterizam a gramática da língua. (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 17)

Diferentemente da gramática tradicional que vê a transitividade como uma propriedade do verbo, as vertentes funcionalistas entendem esse fenômeno como algo que se manifesta na totalidade da oração, considerando o verbo e os demais elementos que a compõem (CUNHA; SOUZA, 2011). Desse modo, a compreensão funcionalista sobre estudos gramaticais se opõe à TG, especificamente, no que se refere ao fato de nesta estudar a língua a partir da teoria sem observação dos eventos do uso, enquanto que, para aquela, as situações reais de comunicação explicam as convenções linguísticas.

Para esclarecer o estudo gramatical na perspectiva funcionalista, Cunha e Souza (2011) afirmam que

A gramática das línguas naturais molda-se a partir das regularidades observadas no uso interativo da língua, as quais são explicadas, por sua vez, com base nas condições discursivas em que se verifica a interação sociocomunicativa. A gramática é, pois, vista como um sistema flexível, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetado pelo uso que lhe é dado no dia a dia. Esse modelo funcionalista representa uma maneira de explicar a forma da língua a partir das funções mais frequentes que ela desempenha na interação. (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 22)

Nessa perspectiva, a gramática à luz do Funcionalismo objetiva explicar os eventos comunicativos das situações de uso sem, contudo, ignorar as convenções da gramática

normativa, mas agregar a ela o conhecimento adquirido através da observação real das situações de comunicação. Como afirma Perini (2002), não é o ensino da gramática normativa que deva ser extinto, mas “colocá-lo em termos mais realistas.” (p. 33)

Essa nova proposta de estudo da linguagem foi disseminada em vários lugares do mundo servindo de base para constituir escolas funcionalistas como: a escola funcionalista norte-americana, cuja teoria parte dos estudos dos linguistas Sandra Thompson, Paul Hopper, Talmy Givón e Wallace Chafe. E, a escola sistêmico-funcional que apresenta a teoria do linguista Michael A. K. Halliday. Ambas partem do princípio de que a língua deve ser estudada a partir da função que exerce como forma de interação entre os falantes. (CUNHA; SOUZA, 2011)

Dessa forma, ampliaremos nosso estudo sobre *Transitividade Verbal* partindo da proposta de Hopper e Thompson (1980) que aborda a transitividade como uma noção contínua e escalar. É um ponto de vista diferenciado daquele apontado pela gramática tradicional sobre uma oração transitiva que se efetiva a partir da ocorrência de três elementos básicos: sujeito, verbo e objeto. Ao contrário do que prescreve essa gramática, a proposta de Hopper e Thompson (1980) concebe a transitividade a partir de “um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da sentença.” (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2015, p. 29). Trata-se de parâmetros independentes, mas que “[...] funcionam juntos e articulados na língua, o que significa que nenhum deles sozinho é suficiente para determinar a transitividade de uma oração.” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 46).

Quadro 02- Parâmetros da transitividade segundo a proposta de Hopper e Thompson(1980)

Parâmetros	Transitividade Alta	Transitividade Baixa
1. Participantes	Dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	Não ação
3. Aspecto do verbo	Perfectivo	Não perfectivo
4. Pontualidade do verbo	Pontual	Não pontual
5. Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
6. Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
7. Modalidade da oração	Modo realis	Modo irrealis
8. Agentividade do sujeito	Agentivo	Não agentivo
9. Afetamento do objeto	Afetado	Não afetado
10. Individuação do objeto	Individuado	Não individuado

Fonte: CUNHA; SOUZA, 2011, p. 46

Cada parâmetro representa uma característica na transferência da ação, entre um participante e outro, para compor a transitividade numa perspectiva discursiva. Assim, entende-se transitividade alta quando os traços, em sua maioria, são marcados de forma positiva, enquanto que a transitividade baixa quando são marcados negativamente.

Nesse panorama, segundo Cunha e Souza (2011, p.50), “A oração transitiva canônica – a mais alta na escala de transitividade - é aquela em que os dez traços são marcados positivamente.” Sendo assim, seguindo esses dez parâmetros, a oração (1) precisa contar com dois ou mais participantes e (2) ter um verbo que transfira uma ação a outro participante; (3) essa ação deve ser concluída; (4) o verbo precisa marcar, também, o início e fim dessa ação, sem que haja uma ideia contínua; (5) o sujeito agente deve agir de forma proposital; (6) a ação necessita ter um caráter positivo para que haja, de fato, a sua transferência; (7) o verbo deve marcar um evento real e não hipotético; (8) deve-se contar com a participação de um sujeito agente animado e volitivo; (9) o paciente precisa ser afetado pela ação do agente e, por fim, (10) quanto mais esse paciente for individuado, ou seja, se ele for animado, concreto, singular, contável e definido, mais alta é a transitividade.

Diante do estudo realizado, cabe-nos agora questionar qual concepção está mais presente no dia a dia da sala de aula e, sobretudo, qual o foco do LD de LP ao abordar a *Transitividade Verbal*, no Ensino Fundamental II.

A abordagem da *transitividade verbal* no livro didático

O LD é o recurso mais usado para auxiliar a prática pedagógica e por isso é muito importante nessa *práxis*. Embora, a cada quatro anos os livros sejam avaliados pelos professores na escolha de novos exemplares sugeridos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, os livros de LP ainda apresentam, em sua maioria, atividades metalinguísticas que não condizem com as novas perspectivas de ensino de língua que enfatizem as competências linguísticas.

Para averiguarmos essa afirmação, analisamos a coleção de livro didático, doravante LD⁴, Coleção *Português e Linguagens* dos autores Willian Cereja e Thereza Cochar Magalhães, 7º ano (2015).

⁴ Com o propósito de evitar repetições, optamos por usar algumas siglas.

Fizemos, nesta análise, um estudo dos eventos gramaticais sobre a *Transitividade Verbal*, iniciando pela leitura dos Manuais do Professor, que são apresentados no final de cada LD com uma série de instruções, orientações e observações teóricas que, segundo os autores, são necessárias para auxiliar a prática docente. É um recurso que passa despercebido pela maioria dos professores que não têm o hábito de lê-lo e, assim, as atividades propostas pelo livro são aplicadas sem nenhuma ligação com o que propõem os autores.

Cada livro da coleção é dividido em quatro unidades, subdivididas em três capítulos que contemplam leitura e interpretação, produção de texto e estudo da língua. Cada capítulo é dividido em seções denominadas: *Estudo do texto*, *Produção de texto*, *A língua em foco*, *De olho na escrita e Divirta-se* (textos cômicos). Partiremos, portanto, da seção *A língua em foco* na qual são abordados os estudos gramaticais, embora nos restringiremos, apenas, à *Transitividade Verbal*. A coleção analisada propõe um ensino de gramática contextualizada, embora isso não seja visto nas atividades propostas ao aluno nesta coleção. Em relação a isso, os autores, no manual do professor, afirmam que

O conceito de *gramática no texto* vigente nas escolas hoje é diferente daquilo que a linguística textual toma por objeto. Essa expressão geralmente é sinônima de ensino contextualizado de gramática, compreendendo-se contexto como um texto em que se verificam determinados usos da língua. (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 287)

Em linhas gerais, o que temos nas escolas são LD que contemplam um ensino de LP pautada na gramática normativa, apresentando uma proposta pouco reflexiva para a compreensão da *Transitividade Verbal*.

Dessa forma, com o propósito de sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos, especificamente sobre a *Transitividade Verbal*, apresentamos uma proposta de intervenção para o ensino desse conteúdo na perspectiva do Funcionalismo Linguístico, especificamente na proposta de Hopper e Thompson (1980) abordando os dez parâmetros da transitividade, considerando, portanto, sobretudo, aspectos da língua em uso.

Proposta de intervenção

A nossa proposta de intervenção para o ensino do fenômeno linguístico pesquisado, a *Transitividade Verbal*, justifica-se pela necessidade de ampliação do conhecimento de língua

materna através de atividades que privilegiem os aspectos funcionais da língua, aliviando, assim, o “peso” do estudo gramatical que se apresenta, muitas vezes, negativamente, tanto para os docentes quanto para os discentes (NEVES, 2017).

Para o desenvolvimento desse trabalho, escolhemos o modelo *sequência didática*⁵ que é composto por “[...] um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito.” (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 97). O objetivo da sequência didática é ajudar aos alunos a melhor compreenderem o conteúdo a partir de gêneros textuais. Nesse sentido, “[...] as sequências didáticas servem para dar acesso aos alunos a práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis” (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 98).

Durante o desenvolvimento da sequência didática, tivemos a oportunidade de fazer um diagnóstico do perfil dos alunos através da produção inicial e, no módulo de atividades, abordamos detalhadamente cada parâmetro da transitividade proposto por Hopper e Thompson (1980), servindo-nos de vários gêneros textuais para exploração do conteúdo. Sendo assim, nosso trabalho contou com aulas expositivas e atividades lúdicas na ministração do conteúdo, além de atividades orais e escritas sobre cada parâmetro. Para produção final, os alunos foram submetidos a um exercício cujas questões avaliaram o nível de aprendizagem da *Transitividade Verbal* a partir da perspectiva funcionalista.

Constatamos, após a aplicação da sequência didática, que os discentes conseguiram compreender a proposta, demonstrando, dessa forma, pleno conhecimento do que lhes foi apresentado. Vale ressaltar que nossa proposta de trabalho está embasada, teoricamente, na Linguística Funcional prevalecendo, assim, as condições discursivas do uso interativo da língua. Portanto, as atividades aplicadas na sequência didática abordam uma perspectiva diferenciada daquela que, habitualmente, encontramos em livros didáticos no que se refere ao ensino de gramática.

Conclusão

Este artigo investigou como a *Transitividade Verbal* tem sido trabalhada no Ensino Fundamental II através do suporte pedagógico oferecido pelo livro didático. A partir desse

⁵ O modelo de sequência didática que adotamos segue os padrões estabelecidos por um grupo de pesquisadores genebrianos, Dolz, Noverraz, e Schneuwly (2004), adaptada para os anos iniciais do ensino brasileiro. Ver a obra *Experiências com sequências didáticas de gêneros textuais*.

estudo, propomos uma nova possibilidade de se estudar esse conteúdo, embasada, teoricamente, na Linguística Funcional Norte-Americana, especificamente, nos estudos de Hopper e Thompson (1980).

Para tanto, iniciamos nosso trabalho com uma pesquisa bibliográfica acerca do nosso objeto de estudo, abordando o que prescrevem a TG e a TL e, em especial, o Funcionalismo Linguístico Norte-Americano. Além dessas abordagens, realizamos uma incursão em livros didáticos. Esta pesquisa permitiu-nos identificar pontos divergentes no que tange à compreensão do fenômeno gramatical em pauta e, assim, constatarmos que a maior divergência está em como o evento gramatical é visto pela TG e pela TL.

Diferentemente das definições dadas pela TG, e, assemelhando-se, discretamente, com aquilo que reza a TL, o Funcionalismo Linguístico parte do pressuposto de que a oração é resultado de uma motivação discursiva, portanto, não cabe, exclusivamente, ao verbo defini-la. Nesse contexto, a transitividade - alta ou baixa - é um fenômeno contínuo e escalar, de propriedade da oração.

Concluimos, portanto, que aplicar um conteúdo gramatical evidenciando a língua em funcionamento pode acabar com alguns estereótipos que permeiam o ensino de gramática nas escolas. Dessa forma, as colocações dos alunos acerca da dificuldade em aprender LP constatadas ao longo dos anos no exercício do magistério, foram sanadas pela maioria a partir de uma nova experiência de ensino. Sendo assim, identificamos que a forma de abordagem dos conteúdos gramaticais nos livros didáticos dificulta a aprendizagem, tendo em vista o modelo normativo, enquanto que o ensino de gramática pautado no uso facilita a compreensão, considerando o fato de que as questões abordadas partem da vivência dos educandos.

Considerando o que foi pesquisado, observamos que há muito que avançar em se tratando da *Transitividade Verbal* sob a perspectiva funcionalista. Intentamos, portanto, neste artigo, motivar outros pesquisadores a investigar esse fenômeno gramatical, tendo em vista sua relevante contribuição no que se refere aos aspectos semântico-discursivos que envolvem o estudo de LP.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. 2.ed. Revista - Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*. Vol 7.ed. reform. São Paulo. Saraiva, 2015.

CUNHA, Maria Angélica da.; SOUZA, Maria Medianeira. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

CUNHA, Celso. CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da.; COSTA, Marcos Antonio.; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da.; OLIVEIRA, Mariangela Rios de. ; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.) *Linguística Funcional: Teoria e prática*. São Paulo: Parábola, 2015

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ Michele e SCHNEUWLY, B. *Sequências didáticas para a oral e a escrita: Apresentação de um procedimento*. Trad. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004, p. 95-128.

HOPPER, P.J.; THOMPSON, S.A. *Transitivity in Grammar and discourse*. Language. 1980.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 47. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.